

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: UM *DELIVERY* DE QUASE-MERCADO

Neoliberalism and education: a quasi-market delivery

Neoliberalismo y educación: una entrega de casi-mercado

Received: july/2020

Accepted: december/2020

Available online: december/2020

Marcos Silva e Silva, Pós-doutorado em Psicologia Social (UERJ), Doutorado em Educação e Currículo (PUC/SP), Mestrado em Filosofia (PUC/SP).

E-mail: freemarcos1@yahoo.com.br

Pedro Paulo Lima Barbosa, Pós-doutorado em Educação pela USP/RP. Doutor em História Social pela UNESP/Assis.

E-mail: pplbarbosa@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objeto de estudo a educação vista enquanto portadora de valor mercadológico e sua qualidade como característica essencial de valor competitivo de mercado no modelo neoliberal de formação do *status* social. O texto surge como inquietação diante de políticas de educação e reformas propostas sob direcionamentos de organismos internacionais e nacionais, permeadas por medidas economicistas e mercantis, com características de privatização, sob o propósito de superar uma suposta crise em nome do progresso, do desenvolvimento econômico e do social, gerando, em contrapartida, um distanciamento da educação como formação humana, transformando-a em fetiche.

Palavras-Chave: Quase-mercado. Currículo. Reformas Educacionais. Neoliberalismo.

Abstract: The present article has as object of study the education seen as having a market value and its quality as an essential characteristic of competitive market value in the neoliberal model of formation of social status. The text emerges as a disquiet before educational policies and reforms proposed under the guidance of international and national organizations, permeated by economic and market measures, with characteristics of privatization, with the purpose of overcoming a supposed crisis in the name of progress, economic development and of the social, generating, on the other hand, a distance from education as a human formation, transforming it into a fetish.

Keywords: Quasi-market. Curriculum. Educational Reforms. Neoliberalism.

Resumen: El presente artículo tiene como objeto de estudio la educación vista como portadora de valor de mercado y su calidad como una característica esencial del valor de mercado competitivo en el modelo neoliberal de formación del estatus social. El texto surge como una inquietud ante las políticas y reformas educativas propuestas bajo la guía de organizaciones internacionales y nacionales, impregnadas de medidas económicas y de mercado, con características de privatización, con el propósito de superar una supuesta crisis en nombre del progreso, el desarrollo económico y el desarrollo de lo social, generando, por otro lado, una distancia de la educación como formación humana, transformándola en fetiche.

Palabras clave: Casi-mercado. Currículum. Reformas Educativas. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se presenciado uma forte guinada à direita no Brasil e, em especial, no campo educacional. Esta guinada vem acompanhada por valores neoconservadores e neoliberais¹, os quais visam constituir novos padrões de convivência, novos valores, novas formas de sociabilidade, enfim, um novo humano.

Este modelo de fazer política com aporte neoliberal e inevitavelmente de se fazer políticas públicas em educação fez surgir questionamentos ao mesmo tempo em que se buscou problematizar e entender o ‘lugar’ que ocupa a educação nas políticas públicas que a entende como um produto a *delivery* que é oferecido no ‘cardápio’ das reformas neoliberais, o que se pode observar a cada proposta de reforma educacional vista nos últimos anos.

¹ Neste artigo, o neoliberalismo é compreendido sob a perspectiva de Ball (2016), isto é, algo que não se limitaria, apenas, às relações político-econômico e financeira, mas, sim, como algo que vai muito além, que abarca toda a vida do ser humano moderno, em especial, o vivido.

Desse modo, o objetivo geral do presente artigo é apontar que as reformas educacionais ocorridas por meio dos novos currículos têm ocupado um papel central na institucionalização de novos padrões educacionais neoliberais. Isso nos leva a apresentar a especificidade do texto ao dizer que essas reformas, porém, têm, em seu cerne, valores predominantemente neoliberais, as quais, como lembram Dardot e Laval (2016), produzem novas formas de “relações sociais” em uma “*nova razão do mundo*”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16. Ênfase no original).

No sentido de tentar compreender essa lógica de mercado e quase-mercado *delivery* da educação, optou-se por uma abordagem crítica qualitativa, assim, para tanto, dividiu-se este texto em duas partes. Na primeira, com uma fundamentação teórica e conceitual dialoga-se com a história recente das reformas educacionais do neoliberalismo aplicada a muitas destas reformas, busca-se compreender as transformações que os princípios neoliberais trazem à formação do alunado e como ele influencia em uma formação em que se predomina valores de mercado, para isso o primeiro horizonte é a proposta curricular do estado de São Paulo, nitidamente marcada por estas perspectivas.

No segundo momento do texto, buscou-se lançar um olhar crítico ao neoliberalismo aplicado à educação no intuito de apresentar a mesma lógica, porém interna às políticas públicas e que visa constituir a educação em um ‘quase-mercado’. Ao descrever esse processo imbuído de uma análise crítica e qualitativa dos textos escolhidos e sob esta perspectiva, apontar, com os autores escolhidos, que o sistema educacional se torna um poderoso espaço de negociação em economias neoliberais. Evidentemente, não se pretende dizer com isso que o neoliberalismo é algo dado e acabado.

Como lembra Ball (2020, p. 226), a lógica de mercado não está pronta ou é inevitável, pois “[...] o neoliberalismo não é nem natural nem inevitável”, pois caso fosse, não ocorreria, assim como tem ocorrido, forte resistência de educadores, movimentos de esquerda e de parte da sociedade civil.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NESTE INÍCIO DE SÉCULO

A elaboração bem como a institucionalização dos Referenciais Curriculares, ou seja, dos currículos estaduais, é marcada profundamente, como dito anteriormente na introdução deste artigo, por um contexto de mudanças e, principalmente, de uma forte guinada à direita. Estas mudanças se devem, entre outros fatores, à adoção de políticas econômicas e sociais de caráter neoliberais que influem diretamente no campo educacional, as quais têm como consequência a consolidação de um “quase-mercado”.

Evidentemente, não é possível afirmar que o que tem levado a institucionalização da reforma educacional deve-se, exclusivamente, às influências neoliberais. A reforma, na análise de diferentes estudiosos, tem sido estimulada por diferentes fatores ocasionados pelas mudanças sociais bem como pelas transformações e embates de forças que se inter-relacionam com questões políticas, culturais, religiosas, econômicas que se dão tanto internamente quanto externamente.

Há, também, uma pluralidade de forças que influem na institucionalização das reformas educacionais, dentre as quais, podem ser citados os grupos sociais como burguesia, classe trabalhadora, Igreja, classes médias urbanas, os militares, entre outros, que pressionam o Estado para que suas demandas sejam atendidas, o que reflete em políticas educacionais “fragmentada, multiescalar e multissetorial”. (ROBERTSON, DALE, 2011, p. 38).

No que diz respeito a estes extratos sociais – neoconservadores e neoliberais –, Apple (2003) elenca os seguintes grupos:

[...] o primeiro grupo é o que eu chamo de *neoliberais*. Estão profundamente comprometidos com mercados e com a liberdade enquanto ‘opção individual’. O segundo grupo, os *neoconservadores*, tem a visão de um passado edênico e quer um retorno à disciplina e ao saber tradicional. O terceiro grupo é o que eu chamo de *populistas autoritários* – fundamentalistas religiosos e evangélicos conservadores que querem um retorno a (seu) Deus em todas as nossas instituições. E, por fim, os desenhistas de mapas e especialistas em dizer se chegamos ou não a nosso destino, são membros de uma fração particular da *nova classe média* de gerentes e de profissionais qualificados. (APPLE, 2003, p. 13. Ênfase no original).

Embora Apple trate de uma outra realidade que não a brasileira e, muito menos a paulista, é possível vislumbrar essas classes e segmentos de classes buscando influir na institucionalização de novas políticas educacionais no país e, também, no estado de São Paulo.

Fato importante a se perceber é que, não há uma homogeneidade de pensamento e de ações por parte da *nova direita*, ultraconservadora que busca institucionalizar uma agenda político-educacional que atenda às suas demandas. Suas ações em toda a sociedade e, principalmente na Educação, são muitas vezes conflitantes, contudo, como lembra Apple (2003):

[...] um ‘novo’ conjunto de acordos, uma nova aliança e um novo bloco de poder se formaram e estão tendo uma influência cada vez maior na educação e em todos os aspectos da vida social. Esse bloco de poder combina frações múltiplas comprometidas com as soluções mercantilizadas que os neoliberais apresentam para os problemas educacionais, com os intelectuais neoconservadores que querem um ‘retorno’ a um padrão de qualidade melhor e a uma ‘cultura comum’, com os fundamentalistas religiosos populistas e autoritários, profundamente preocupados com a secularidade e preservação de suas próprias tradições, e com frações particulares de profissionais qualificados da nova classe média, comprometidos com a ideologia e as técnicas de avaliação, mensuração e ‘administração’. Embora existam tensões e conflitos evidentes no seio dessa aliança, em geral seus objetivos globais são oferecer as condições educacionais que seus componentes acreditam necessárias tanto para aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina quanto para nos fazer voltar a um passado romantizado de lar, família e escola “ideais”. (APPLE, 2003, p. 79, 80).

O fator aglutinador de classes e segmentos de classes, aparentemente, tão distintos que se coadunam sob a mesma ‘batuta’, é o neoliberalismo. Todavia, tensões e dissensões continuam existindo entre este bloco, mesmo assim são capazes de superarem parte das cisões internas em seu bloco de poder para fazer valer seus interesses em comum.

Na verdade, mais do que um aglutinador entre classes e segmentos de classes, mais do que uma nova política econômica de Estado a qual reivindica a sua não intervenção na economia, o neoliberalismo é entendido, aqui, enquanto um “sistema normativo dotado de certa eficiência” (DARDOT, LAVAL, 2016, 15) que abarca não apenas o campo econômico, como também o social e todas as esferas do vivido.

Assim, há uma reorientação não unicamente no que diz respeito às questões econômicas como, também, às questões sociais, culturais, políticas, e, até mesmo, às de caráter comportamental, ou seja, a dinâmica neoliberal, tal como a um polvo, lança seus ‘tentáculos’ sobre tudo e sobre todos, buscando espriar-se por todos os campos da vida humana.

Para tanto, o neoliberalismo assume diferentes dimensões da/na sociedade: econômica, cultural e política que são reorganizadas a partir da lógica de “mercado”. Enquanto tal, a Educação torna-se ora um insumo econômico, ora um importante instrumento disciplinador de novos modelos comportamentais que visam garantir a máxima eficiência na produção ao mesmo tempo em que novas sociabilidades.

[...] o neoliberalismo está *aqui dentro* bem como *lá fora*. Ou seja, o neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades). [...] em um sentido paradoxal, o neoliberalismo trabalha a favor e contra o Estado de maneiras mutuamente constitutivas. Ele destrói algumas possibilidades para formas mais antigas de governar e criar novas possibilidades para novas formas de governar. (BALL, 2020, p. 229, grifos do autor).

No limiar do século XXI, uma nova ressignificação dos valores sociais, econômicos, políticos, culturais, enfim, valores humanos. Essa redefinição de condutas e comportamentos vai muito além do campo econômico, porém é nele e tão somente por ele que se concretiza, mercantilizando corações e mentes em defesa de uma sociedade que só se constrói por meio da economia.

A natureza bem como as condições as quais o neoliberalismo opera na educação com o fito de consolidar não apenas uma educação de mercado como, também, uma sociedade de mercado, cujas bases se deitam em um conservadorismo, opera mediante a: privatização; empreendedorismo; individualização de resultados – quer estes sejam positivos ou negativos –, estabelecimento da meritocracia; descentralização da responsabilização dos resultados.

Com a institucionalização da reforma educacional, de forte caráter neoliberal e neoconservador, há, não apenas, o reordenamento e a reestruturação do papel do Estado e/ou das forças produtivas do capital como, também, do comportamento e dos valores humanos. (BALL, 2014; DARDOT, LAVAL, 2016).

Há um sistêmico reordenamento das prioridades da ação do Estado, dos mercados econômico e financeiro, e da vida. Até mesmo os indivíduos, menos informados, têm, sem se dar conta, um reordenamento de suas prioridades pelo mercado. Ele é, a todo o momento, estimulado a atuar como indivíduo empreendedor e sua identidade, enquanto sujeito histórico de direito, passa a ser “construída no mercado e pelo mercado” (MCCARTHY, PITTON, MONJE, 2011, p. 54).

AS REFORMAS EDUCACIONAIS: UM *DELIVERY* QUASE-MERCADO

A inserção da lógica de mercado no ensino público, há anos, vem ocorrendo em outros países e chega ao Brasil em meados da década de 1990. Alguns autores, tais como: Afonso (2010), Ball (2001), Dias Sobrinho (1996, 2010), Canosa (2010), Saviani (2010), Oliveira e Souza (2003), dentre outros, têm chamado essa política de “quase-mercado” – com abordagens variadas, mas tendo em comum a presença do setor privado na gestão do serviço público sob a lógica de mercado – uma forma híbrida que combina a tendência da mercantilização e do mercado com processos regulatórios de controle público. Ou seja, a noção de “quase-mercado” para esses autores é diferente da de mercado porque pressupõe regulamentação governamental em que os sistemas de avaliação, muitas vezes reduzidos aos procedimentos de medida e de fiscalização, são os únicos mecanismos utilizados no controle de resultados.

As lógicas do “quase-mercado” vigoram no Brasil há muito tempo por intermédio do ensino privado. Há décadas, o sistema de ensino brasileiro tem um nítido caráter de classe, onde atuam fortemente recursos culturais e vantagens sociais e econômicas. O espírito de empresa está cada vez mais presente na educação pública, como nos países já industrializados, isto é, desenvolvidos economicamente, mas o modelo não parece corresponder à realidade brasileira.

É preciso fazer críticas à teoria da modernização que apontavam ênfase excessiva à educação como produtora de mudanças sociais, encobrendo pressupostos ideológicos, como: a colocação dos países centrais do sistema econômico capitalista, constituindo paradigma para os países periféricos; e a desconsideração das relações internacionais como determinantes das possibilidades de industrialização.

Vale destacar que junto a essa lógica de “quase-mercado” está a mercadorização do ‘direito à educação’, garantido e legitimado que, na lógica de mercado, passa a ser negociado como valor de troca. Basta observar que no Brasil, com o processo de municipalização, cada aluno representa recursos financeiros que retornam aos cofres públicos dos municípios; quanto mais alunos mais recursos, sem levar em consideração as condições dos municípios. Dentro dessa imbricada rede de fatores existe um sujeito histórico em formação que deve estar no centro das discussões, aquele que mais precisa da boa educação formal, atualmente quase como questão de sobrevivência: o aluno da escola pública, sem recursos, sem poder de escolha e, hoje, sem *internet*, um dos bens materiais mais necessários na atual condição social do mundo.

Destarte, as reformas educacionais no Brasil, devem ser compreendidas no conjunto de estratégias mais amplas de Estado, iniciadas em meados da década de 1990, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, sob a influência dos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM) –, para atender aos desafios do desenvolvimento, no qual o Estado é adequado ao contexto de neoliberalismo globalizado, qual seja, transformar o Brasil em um Aparelho de Estado ‘forte’, ‘racional’ e ‘eficiente’, ou seja, um Estado Gerencial. Em termos práticos, isso significa cortes nos orçamentos e gastos públicos e mais exigências de resultados, mais controle, fazer mais com menos (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A denominada Reforma Administrativa pressupõe uma série de políticas, caracterizadas em sua base pela desregulação do mercado, flexibilização e privatização da economia. Esta Reforma prevê a “redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o

responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 12). “As estratégias apontadas pelo Plano da Reforma são: a privatização, a publicização e a terceirização. Terceirização, conforme Bresser Pereira (1997, p. 7) é “o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio”; a publicização consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos” e a “privatização consiste no repasse para o setor privado das atividades lucrativas”. O Plano propõe ainda a gestão gerencial, visando ao atendimento do cidadão cliente, à eficiência e eficácia dos serviços públicos, nos modelos empresariais, até então.

Para Saviani (2010, p. 439), a reforma do ensino no Brasil foi feita dentro da seguinte lógica: “Redefine-se o papel do Estado como o das escolas”. Em lugar da uniformização e do rígido controle do processo, como preconizava o velho tecnicismo inspirado no *taylorismo-fordismo*, flexibiliza-se o processo como recomenda o *toyotismo*”.

Com isso, o autor demonstra que se vive diante de um neotecnicismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados. É pela avaliação que se busca garantir a eficiência e a produtividade. Saviani (2010) demonstra que esse novo tecnicismo, sob uma nova conotação, advoga a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Ele argumenta que se vivencia um retorno à pedagogia tecnicista dos anos de 1970, cujos princípios eram “racionalidade, eficiência e produtividade”, dos quais derivam o corolário relativo à obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndios. Àquela época esse objetivo era perseguido sob a iniciativa e o controle direto do Estado e, a partir da década de 1990, assume uma nova conotação: “Advoga-se a valorização dos

mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público” (SAVIANI, 2010, p. 438).

Atualmente, a estratégia neoliberal coloca a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de ascensão social e de democratização das oportunidades. As reformas educacionais devem produzir um ordenamento no campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social, estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema e inserir a educação no campo da lógica corporativa. As parcerias com o setor privado e organizações não governamentais é uma forma que diferentes países têm utilizado para reduzir custos, encargos e investimentos públicos, buscando, senão transferi-los, ao menos dividi-los com a iniciativa privada.

Vale ressaltar que ao longo dos anos, a educação nacional evoluiu juntamente com a divisão e embates entre escola pública e privada e adquiriu novos contornos com a Constituição de 1988, em que pela primeira vez na história do Brasil foi atribuída às escolas particulares laicas ou não a possibilidade de obtenção de lucros, legitimando-as, juridicamente, como empresas de prestação de serviços (Artigos 209 e 213).

A admissão, pelo Estado, do lucro na área educacional instaurou uma nova relação entre Estado e rede privada de ensino, pois passou a ser dada a legitimidade jurídica ao processo de empresariamento do ensino em curso no país. Esta prática inicia-se na década de 1970, porém é na década de 1990, com a política neoliberal implementada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que abre espaço legal para a instalação da mercadorização da educação, sob o discurso da busca de sua qualidade e ao mesmo tempo em que delineia um

processo de redefinição do espaço e do conceito do que até então se considerou “público” no campo educacional.

Histórica e politicamente, os termos ‘público’ e ‘privado’ se apresentaram em faces distintas, como mutuamente excludentes e dicotômicos, cada qual com forte conteúdo axiológico. Com base em Bobbio (1994), é possível considerar que esses conceitos foram variando de sentidos, ao longo dos anos e acontecimentos, tomando características polissêmicas. Atualmente essa dicotomia vem sendo diluída (não eliminada, porém mais obscura) em face do processo de reestruturação do Estado brasileiro. O “quase-mercado” pode ser um exemplo de ambiguidade, no qual as fronteiras entre público e privado se tornam cada vez mais obscuras a ponto de ser difícil identificar se ao que se assiste é privatização do público ou a publicização do privado.

Afonso (2000, p. 115) explica que o conceito de “quase-mercado” foi elaborado por Le Grand em 1996, ao analisar as modificações na política de Margaret Thatcher. Esse conceito procura explicar as relações entre os pilares do Estado e do mercado. Os “quase-mercados” são mercados porque substituem o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos. São “quase” porque se diferenciam dos mercados convencionais em vários aspectos.

Dentre os aspectos distintivos, situa-se a competição entre as instituições por recursos públicos ou contratos e, também, porque as instituições educacionais competem por clientes, mas não visam tão somente à maximização dos lucros. “Ou seja, nem sempre o poder de compra vai se expressar em termos monetários e, sim, muitas vezes o mais importante se situa no campo das representações e do domínio político” (DIAS SOBRINHO, 1996, p.

11-12). Ele também entende que no “quase-mercado” educacional os acontecimentos tendem a ser uma “quase-mercadoria” para uso de consumidores e clientes que a podem possuir.

Na concepção de Bresser-Pereira (1998), o Projeto de Reforma do Estado brasileiro – ancorado em três eixos essenciais: privatização, publicização e terceirização –, se enquadra na condição de “quase-mercado”, uma vez que o Estado brasileiro vem se desobrigando, progressivamente, de parte da execução direta das políticas voltadas à educação, formação e reprodução da força de trabalho e das políticas e serviços sociais, passando a atuar apenas na definição e no controle dessas forças, em coerência com a filosofia neoliberal.

Para Oliveira & Souza (2003), a noção de “quase-mercado” está relacionada à crítica de ineficiência do Estado que gerou diferentes formas de privatização na gestão, ancoradas na lógica de mercado. Não se trata de uma transferência direta dos serviços educacionais para o mercado, mas da introdução de concepções privadas de gestão, contudo, mantendo o controle do Estado.

O “quase-mercado”, tanto do ponto de vista operativo quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado sob a suposição de induzir melhorias. A noção de “quase-mercados” supõe regulamentação governamental, em que os sistemas de avaliação, muitas vezes reduzidos aos procedimentos de medida e de fiscalização, são muito funcionais.

Há, ainda, que destacar que esta reforma se insere em um contexto social “globalizado”, em que tudo se transforma em mercadoria, conforme Mészáros (2008). Nessa mesma linha, conforme Santos (1999), o capitalismo promove a mercadorização da educação, das escolas e de tudo que se relacione a ela. Temos um cotidiano cada vez mais mercantilizado, destruindo, portanto, as possibilidades de o trabalho e da escolarização serem

um fator de inclusão social. Isso atinge, sobremaneira, aqueles que detêm menos capital, seja cultural, social ou material.

Ball (2001) chega a afirmar que a educação está cada vez mais sujeita às prescrições e assunções normativas do economicismo e que todas as questões educativas são articuladas dentro dessa lógica. Analisando os efeitos das forças de mercado, como uma alternativa de política pública, sobre as escolas e sobre os pais, Ball (1998, p. 196) afirma que “corremos o risco de vê-lo ser transformado em inevitável”. Ele aborda a complexa ideologia do mercado, o poder dessa política educacional como sendo uma poderosa força, bem estabelecida e relacionada a uma cultura de escolhas, as quais são baseadas em perigosas idealizações, sem qualquer tipo de crítica reflexiva.

Apple (2004, p. 48-49), ao se referir aos discursos de fracasso que acusam a educação estadunidense pelas altas taxas de evasão, declínio da alfabetização funcional, perda dos padrões de disciplina, baixos escores em testes padronizados que levam ao declínio da produtividade econômica, ao desemprego, à pobreza, a uma perda em competitividade internacional, e assim por diante, afirma que a educação está numa fase de reação. Para ele o que está dito é: “torne as escolas mais eficientes, torne-as mais responsivas ao setor privado: e seus problemas serão resolvidos”. Ele ainda afirma que “os estudantes, em essência, são ‘vendidos como um público cativo às empresas’. Como, por força de lei, esses estudantes devem estar nas escolas.” No entender do referido autor, “os Estados Unidos são o primeiro país a permitir conscientemente que os seus jovens sejam vendidos às empresas.”

No Brasil, o “quase-mercado” dá-se por meio da municipalização, das parcerias público-privadas², associações com ONGS, prestação de serviços, concessões, convênios,

² As parcerias entre o poder público e o privado não são uma novidade genuinamente brasileira, conforme Di Pietro (2005). Na verdade, trata-se de um modelo de concessão de serviços públicos oriundo do Direito Anglo-Saxão, já tendo sido adotado em diversos países com relativo sucesso, dentre eles: Inglaterra,

terceirizações. Com a municipalização, os governos dos municípios – pressionados por melhorar os índices educacionais e, diante da possibilidade de ter mais recursos para o município, uma vez que os recursos são calculados pelo número de alunos e pelo cumprimento de metas – se tornaram presa fácil dos grandes grupos empresariais do mercado educacional, com promessas tentadoras sob o ‘guarda-chuva’ de *slogans* mercadológicos, cujo discurso de modernização é um dos que mais justifica o seu uso, reforçado pelo discurso de viabilidade econômica e resultados.

Assim, por meio de parcerias, empresários do mercado educacional passaram a ocupar maior espaço na educação pública, levando seus sistemas de ensino apostilados, apoio à gestão, capacitação de professores, estratégias de avaliação e, também, a lógica empresarial para o interior da escola pública, baseada no controle, na competição, no individualismo, na segregação. Portadores de grande poder econômico, os empresários passaram também a exercer forte influência nas decisões dos órgãos reguladores, em razão de sua participação frequente e eloquente nas audiências públicas e nos órgãos governamentais por meio de *lobbies* poderosos e difíceis de serem neutralizados.

A propósito, fazem também parte desse mercado e da mercantilização da educação as editoras de livros didáticos que negociam diretamente com o Governo Federal e os demais serviços decorrentes da aquisição do livro didático, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Irlanda, Portugal, Espanha e África do Sul; tendo agora se apresentado com uma roupagem adaptada às necessidades econômicas e ao ordenamento jurídico brasileiro. O art. 75 da Constituição Federal estabelece que o poder público pode conceder ou permitir, por meio de licitação, que empresas privadas prestem serviços públicos. No aspecto doutrinário, para Carvalho Pinto (2005), a parceria público-privada é um acordo firmado entre a Administração Pública e a pessoa do setor privado com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos.

Atualmente, o produto livro didático mobiliza um amplo mercado pelo volume de investimentos que têm sido feitos nessa área. Nesse sentido, incluem-se tanto os livros didáticos comercializados entre editoras e Governo Federal para distribuição gratuita às escolas públicas, como o material apostilado, que ainda não é aceito para comercialização com o Governo Federal, mas chega às escolas públicas municipais por outras vias, por meio de parcerias, contratos ou convênios.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), 51,5 milhões de pessoas estão matriculadas nas escolas públicas e particulares do país, sendo que 42.987.115 pessoas estão inscritas nas redes estaduais e municipais. O número representa 22,50% da população brasileira. Os empresários da educação estão em busca desse público pelo valor econômico e possibilidades de negócios que representa. Conforme tem sido divulgado na mídia, o segmento que mais cresceu foi o do livro didático (REVISTA ÉPOCA, EDIÇÃO, Nº 492, ONLINE).

A educação como mercadoria é também insumo para a produção de uma gama de produtos, serviços, acessórios e outras mercadorias de grande competitividade no mercado educacional, capaz de mobilizar grandes valores econômicos, como é o caso da abertura de capitais das empresas do ramo educacional na forma de ações atualmente negociadas na bolsa de valores: Anhanguera Educacional; a Kroton Educacional, detentora do Grupo Pitágoras; Universidade Estácio de Sá; Sistema Educacional Brasileiro, detentora da Empresa COC de São Paulo (SEB); e a Abril Educação.

O setor educacional do Brasil já conta com verdadeiros conglomerados que, para além da atuação no mercado da educação-mercadoria, têm expandido seus negócios na comercialização de uma série de produtos e serviços educacionais, que são negociados com as

escolas particulares e com os governos dos municípios. Fazem parte desse “pacote”, na linguagem comercial: assessoria pedagógica; implantação de redes de informática; marketing e publicidade educacional; venda de material pedagógico (livros, apostilas, computadores, material escolar de toda espécie); além de muitas outras transações comerciais, como é o caso do comércio das ações na bolsa de valores.

Desse modo, o “quase-mercado” educacional vem se expandindo por meio de diversas formas, mobilizando volumosos recursos na disputa pelo cliente-aluno, o qual representa mais “lucro”, e vai introduzindo a lógica empresarial no campo educacional, levando em seu bojo mecanismos de incentivo à privatização da educação e à entrada do capital privado no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi apresentado no texto, considera-se importante uma análise qualitativa das políticas públicas de educação e sua representação no currículo quando se leva em conta as influências dos micros e macros poderes das políticas neoliberais que ocorrem na interface do fazer educacional. Para isso é preciso discutir continuamente como as políticas neoliberais têm influenciado a criação de currículos educacionais, os quais visam influir a formação de um indivíduo.

Na análise da formação de “quase-mercado” no Brasil há, também, desdobramentos para uma educação mercantilizada. Essas duas análises, em conjunto, apontaram que as estruturas das políticas públicas de educação incorporam e reproduzem, sistematicamente, a lógica de “quase-mercado” por meio dos setores estatais. Ao mesmo tempo em que coloca a

educação como objeto de disputa dentro dos modelos de mercado pensados a partir das estruturas neoliberais.

Na medida que o “quase-mercado” se expande de forma estrutural, o mercado da educação desvincula e ao mesmo tempo ressignifica o princípio básico do que é educar. O que por sua vez transforma a proposta da formação humana por meio da educação em um fetiche da mercadoria. Os temas e problemas considerados humanos e princípio de direito e formação do indivíduo ganha nos espaços curriculares e nas propostas de políticas de educação um outro status, passando a ser uma formação do cidadão vinculadas aos valores de mercado, valores estes descaracterizados do que é educação humana.

REFERÊNCIA

AFONSO, Almerindo Janela. (2001). A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas: elementos para pensar a transição. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 37, p. 33-48. Acesso em 31 Mai 2020. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n37/n37a02.pdf>. Acesso em 15 mai. 2020.

AFONSO, Almerindo Janela. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1137-1156, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2020.

APPLE, Michael W. **Educação à direita**: mercado, padrões, Deus e desigualdade. Trad. Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freyre, 2003.

APPLE, Michel. W. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Trad. Vinícius Figueira. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas locais em Educação. **Rev. Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BALL, Stephen J. Education For Sale! The Commodification of Everything? **Institute of Education, University of London, King's Annual Education Lecture 2004**. Disponível em: <http://nepc.colorado.edu/files/CERU-0410-253-OWI.pdf> Acesso em: 28 abr. 2019.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BALL, Stephen J. Education For Sale! The Commodification of Everything? Institute of Education, University of London, **King's Annual Education Lecture 2004**. Disponível em: < <http://nepc.colorado.edu/files/CERU-0410-253-OWI.pdf> > Acesso em: 28 abr. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 17ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Impresso no Brasil em 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90:** lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz C. e SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania:** a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo. Editora 34, Brasília: ENAP, 1998.

CANOSA, Miguel Angel Alegre. Casi-mercado, segregación escolar y desigualdad educativa: uma trilogia com final aberto. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, p. 1157-1178, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/06.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil. In: GALLEGOS, Ester Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-47.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em : 15 de julho 2011

DIAS SOBRINHO, José. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na educação superior. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIS)**. 23. ed. v. 7, n. 1, mar. 1996.

LE GRAND, Julian. “Los cuasi mercados y la política social”. In: PLANAS, Esteve Oroval (Org.). **Economía de la educación**. Barcelona: Ariel, 1996.

MCCARTHY, Cameron; PITTON, Viviana; MONJE, David. Movimento e estase na reorientação neoliberal da escolarização. In: APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação crítica: análise internacional**. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 49–63.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo: Unicamp, 2008.

REVISTA ÉPOCA 19/10/2007 – 22:06 | Edição nº 492. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG79639-6014-492,00.html>

ROBERTSON, Susan L.; DALE, Roger. O Banco Mundial, o FMI e as possibilidades da educação crítica. In: APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação crítica: análise internacional**. Trad. Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 34-48.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, Demerval. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI J. C.; JACOMELI M. R.; SILVA T. M.(Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas; Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005.